

DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92

Relatório da Administração

**Eventos Significativos:** A Companhia concluiu o processo de fechamento de capital, com o consequente cancelamento de seu registro de emissora de valores mobiliários perante a "Comissão de Valores Mobiliários (CVM)" e a retirada de suas ações da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão" em 30 de maio de 2025. Com isso, a Companhia deixou de ser submetida às obrigações aplicáveis às companhias abertas. Em 1º de julho de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de uma carteira de direitos creditórios oriundos de operações de cartão de pagamento, líquida de provisão e obrigações, no montante de R\$ 82.116 milhões, junto à DM Instituição de Pagamento S.A. Em 25 de junho e 27 de novembro de 2025, a Companhia realizou a venda (cessão) de sua carteira em prejuízo, resultando em uma recuperação de R\$ 40 milhões. No segundo semestre de 2025, ocorreu a migração integral da gestão das contas pré-pagas (DMConta), até então administradas pela DM Meios de Pagamento Ltda., empresa do Grupo DM não regulada, para a DM Sociedade de Crédito, Investimento e Financiamento S.A. (DM SCFI). A operação constituiu um evento corporativo relevante, com impactos operacionais, regulatórios e de governança, em razão da transferência das responsabilidades pela administração, controle, processamento e operação financeira das contas pré-pagas para uma instituição financeira regulada. A migração resultou também na habilitação da DM SCFI para ofertar o meio de pagamento PIX na modalidade indireta, ampliando o escopo de serviços financeiros disponibilizados aos usuários da DMConta e fortalecendo o modelo operacional em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 18 de dezembro

de 2025, foi aprovada a mudança de sua denominação social para "DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (anteriormente: DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento)". **Política de distribuição de dividendos:** O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. **Objetivos estratégicos:** O objetivo da Companhia é de ampliar a gama de produtos e serviços ofertados, incluindo a oferta de financiamentos, empréstimo pessoal, outras espécies de operações de crédito e contas de pagamento pré-pagas. **Política de distribuição de dividendos:** O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. **Objetivos estratégicos:** O objetivo da Companhia é de ampliar a gama de produtos e serviços ofertados, incluindo a oferta de financiamentos, empréstimo pessoal, outras espécies de operações de crédito e contas de pagamento pré-pagas. Em sinergia com as demais empresas do Grupo DM, entendem os controladores que poderão incentivar a ampliação e reativação de cartões, ampliação da base de clientes, diminuição dos custos das operações de crédito, e inclusão dos estabelecimentos comerciais no universo do seu público-alvo com relação à concessão de crédito. **Comentário Econômico:** Para 2025, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) projeta que o PIB do Brasil fechará com um crescimento entre 2,1% e 2,4%. Este resultado reflete uma leve recuperação em relação ao ano anterior, embora os desafios

estruturais e as incertezas políticas continuem a representar riscos para um crescimento mais robusto. Em relação à taxa básica de juros (SELIC), o ano de 2025 encerrou com a taxa fixada em 14,75% a.a. Para 2026, as perspectivas indicam possíveis cortes moderados, dependendo da evolução da inflação e da estabilidade econômica nas próximas reuniões do COPOM. As reformas econômicas e a confiança do consumidor serão cruciais para impulsionar a atividade econômica no próximo ano. **Responsabilidade socioambiental:** Nosso propósito é valorizar as pessoas que cada uma construa sua própria história, simplificando e democratizando o acesso aos serviços financeiros para milhões de pessoas de forma inclusiva, transparente e com o pensamento digital visando a felicidade e compartilhando com as partes interessadas. O Grupo DM entende que atuar com responsabilidade social é agir de maneira ética e transparente em todas as suas operações, valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental e assumir o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. **Expectativas 2026:** Desde a sua fundação, há 23 anos, a DM sempre teve como propósito facilitar o acesso ao crédito para quem mais precisa. Nosso diferencial sempre foi o bom relacionamento, a proximidade e a valorização de todos, desde colaboradores, parceiros de negócios e

clientes. 2025 foi um ano dedicado à eficiência operacional. A combinação entre ganho de escala, revisão sistemática dos modelos de crédito e cobrança e o aperfeiçoamento da precificação dos nossos produtos e serviços permitiu reduzir custos de forma consistente, mantendo a qualidade e fortalecendo a competitividade. Para 2026, a expectativa é direcionar o foco para um crescimento mais inteligente, fortalecendo a gestão de riscos, ampliando o uso de dados e mantendo a disciplina estratégica. Além disso, o ano também deve marcar um movimento mais firme em iniciativas voltadas ao aumento de receita, seja por meio de portfólios mais rentáveis, melhor segmentação de clientes, aprimoramento das ofertas ou expansão de produtos com maior valor agregado. Esses pilares serão essenciais para sustentar a competitividade em um cenário marcado por moderação econômica e incertezas fiscais e políticas. No contexto brasileiro, o crescimento econômico deve permanecer moderado, com projeções de expansão do PIB abaixo de patamares mais robustos, refletindo juros ainda elevados, inflação controlada e desafios estruturais que influenciam consumo, crédito e investimentos. Ainda assim, seguimos confiantes de que, guiados pelos nossos valores: comprometidos, corajosos, transparentes e felizes, superaremos os obstáculos, fortaleceremos oportunidades e continuaremos avançando em direção a resultados sustentáveis. Agradecemos todas as pessoas que fazem parte da nossa história e são essenciais para conquistarmos todos os nossos objetivos em 2026. Nesse material apresentamos os resultados de 2025, e convidamos todos a nos acompanhar. Venha aí, uma DM ainda maior.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionado)

Balancete Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Nota 31/12/2025	Nota	2º Semestre 2025	2025	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
<b>Circulante</b>	<b>2.574.414</b>		<b>487.007</b>	<b>832.365</b>	<b>773.355</b>	<b>3.333</b>	<b>(236.858)</b>	<b>(45)</b>	<b>539.785</b>
Disponibilidades	3		420.779	723.226	-	-	57.873	-	(52.622)
Instrumentos Financeiros	3.101.221		45.462	65.816	-	-	(52.622)	-	15.098
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.1		20.766	43.323	-	15.098	-	-	(6.039)
Títulos e valores mobiliários	4.2		(133.479)	(237.271)	(618)	(6.039)	-	-	(618)
Operações de crédito	4.3		(436.001)	(801.958)	-	-	-	-	(26)
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3		(436.001)	(801.958)	772.737	12.366	(231.607)	(45)	553.451
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>(819.380)</b>		<b>(82.473)</b>	<b>(206.864)</b>	<b>773.355</b>	<b>7.352</b>	<b>(249.017)</b>	<b>(45)</b>	<b>531.645</b>
(-) Operações de crédito	4.3		(436.001)	(801.958)	-	-	17.410	-	17.410
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3		(386)	(824)	-	8.400	-	-	8.400
Outros Ativos	5		242.513	433.908	-	(3.360)	-	-	(3.360)
Não circulante	828.439		108.779	116.450	(618)	(26)	-	-	(618)
Instrumentos Financeiros	279.580		242.513	433.908	772.737	12.366	(231.607)	(45)	553.451
Aplicações interfinanceiras de liquidez LP	4.1		386	824	-	-	-	-	(26)
Títulos e valores mobiliários LP	4.2		(53.497)	(172.327)	-	-	-	-	-
Operações de crédito	4.3		(35.844)	(58.163)	-	-	-	-	-
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3		(256)	(740)	-	-	-	-	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(10.433)		18.640	32.493	-	-	-	-	-
(-) Operações de crédito	4.3		(62.391)	(117.895)	-	-	-	-	-
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3		26.306	90.414	-	-	-	-	-
Outros Ativos LP	5		3.658	3.658	-	-	-	-	-
Intangível	87		29.964	(86.756)	-	-	-	-	-
Total do Ativo	3.402.853		12.554	34.134	-	-	-	-	-
Passivo	1.602.799		11	(7.372)	-	-	-	-	-
Circulante	1.501.999		11	(4.437)	-	-	-	-	-
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	4.4		11	(745)	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	4.4		11	(745)	-	-	-	-	-
Outros depósitos	4.5		-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por transações de pagamento	4.6		-	-	-	-	-	-	-
Outras Obrigações	6.a)		-	-	-	-	-	-	-
Fiscais e previdenciárias	6.b)		-	-	-	-	-	-	-
Provisões	6.c)		-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	6.c)		-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	1.246.603		-	-	-	-	-	-	-
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	4.4		-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo LP	4.4		-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por transações de pagamento	4.6		-	-	-	-	-	-	-
Outras Obrigações	6.b)		-	-	-	-	-	-	-
Provisões LP	6.b)		-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	8		-	-	-	-	-	-	-
Capital social	8		-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(231.607)		-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(45)		-	-	-	-	-	-	-
(-) Ações em tesouraria	(45)		-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.402.853		-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

**1. Contexto Operacional** – A DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia", "Instituição" ou "DM SCFI"), anteriormente denominada DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, foi constituída em 12 de setembro de 1962 e tem por objetivo a realização de operações ativas de financiamento para a aquisição de bens e serviços e de financiamento de capital de giro, e passivas, na obtenção de recursos de terceiros, mediante o aceite de letras de câmbio, a captação de recursos oficiais para repasse e a captação de recursos no mercado interfinanceiro, e outras operações permitidas às entidades da espécie. A Companhia é instituição financeira privada de capital fechado, sob forma de sociedade por ações com autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN") e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. A Companhia concluiu o processo de fechamento de capital, com o consequente cancelamento de seu registro de emissora de valores mobiliários perante a "Comissão de Valores Mobiliários (CVM)" e a retirada de suas ações da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão" em 30 de maio de 2025. Com isso, a Companhia deixou de ser submetida às obrigações aplicáveis às companhias abertas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 18 de dezembro de 2025, foi aprovada a mudança de sua denominação social para "DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (anteriormente: DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento)". Essa mudança está relacionada a Resolução Conjunta nº 17 de 28 de novembro 2025 que disciplina a nomenclatura e a forma de apresentação ao público das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **2. Políticas e Práticas Contábeis – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil ("BACEN") e normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), se adotados e homologados pelo BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Companhia adotou o disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 complementada pela Resolução BCB nº 02/20. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A Companhia optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, por isso não apresenta os saldos comparativos do período anterior, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025. A emissão das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2026. **2.2. Normas, alterações e interpretações aplicáveis no período ou em períodos futuros:** 2.2.1. Normas emitidas, vigentes a partir do exercício corrente: A Companhia adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição: Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação segue alinhamento contábil com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos. A Companhia não apurou impactos na vigência dessa Norma. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 – Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025,

tem como principal objetivo estabelecer um tratamento tributário mais claro e favorável para as perdas incorridas no recebimento de créditos. Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 – Introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se: • Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPI"); • As receitas e os encargos atrelados diretamente a origemação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivos; • Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito"; • A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência; • Novos critérios para mensuração de operações negociadas e reestruturadas; • Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passa a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e • Instruções Normativas BCB nº 493 e 543 de 2024 – Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contagens COSIF's divulgadas por tais instruções. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas. A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está demonstrado na tabela a seguir: **Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024** 539.785 **Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito** 96.454 **Imposto diferido** (38.581) **Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025** 597.658 Em 1º de janeiro de 2025, não houve outros impactos na adoção da resolução 4.966, incluindo impactos decorrentes da alteração de categoria dos instrumentos financeiros. A Resolução Conjunta nº 16, de 28 de novembro de 2025, entra em vigência a partir de 28 de novembro de 2025 e dispõe sobre a prestação de serviços de Banking as a Service (Baas) por parte das instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Instituição não observou impactos na vigência dessa norma. **2.2.2. Normas emitidas, não vigentes:** A Resolução BCB nº 352/23, que trata de critérios contábeis para instrumentos financeiros, teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, com a implementação de determinados procedimentos de contabilização, que incluem a classificação dos ativos financeiros em três categorias (custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado). A implementação total das disposições da resolução, incluindo a contabilidade de hedge, "com a designação e o reconhecimento de relações de proteção" está prevista para 1º de janeiro de 2027, conforme o artigo 1º da resolução, que define que a aplicação da Resolução BCB nº 352, de 2023, se dará em duas etapas. Resolução Conjunta nº 18 de 28 de novembro de 2025, entra em vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 e dispõe sobre a política de qualidade das informações prestadas na esfera de atuação do Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **2.3. Principais práticas e políticas contábeis:** As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas utilizam-se àquelas aplicadas às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as principais práticas e políticas materiais, conforme segue: **2.3.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo

exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 4.3.3. Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa. • Nota 7: Passivos Contingentes. • Nota 11: Ativos e passivos fiscais diferidos. **2.3.2.1. Expectativa de realização do ativo fiscal diferido:** As estimativas refletidas na contabilidade em forma de diferenças temporárias requeridas a constituição de ativo diferido fiscal, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros. A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade. As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de juros, volume de operações financeiras, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **2.3.2.2. Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Conforme item 2.3.4, ii, os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, a Administração tem que usar uma quantidade significativa do próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o próprio julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A impressão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição. **2.3.2.3. Passivos contingentes:** As provisões são revisadas regularmente, e constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e divulgadas em demonstrações financeiras sempre que for avaliada como possível, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. **2.3.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro. A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade. As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Os principais julgamentos que a Companhia exerce no reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferidos são: identificação das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis em períodos futuros; e avaliação da probabilidade da existência de lucro tributável futuro contra o qual o ativo fiscal diferido poderá ser utilizado, considerando o histórico de lucros ou receitas tributáveis últimos cinco exercícios sociais. As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na nota 11. **2.3.3. Caixa e equivalentes a caixa:** São representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo ou para assegurar ao usuário final, a possibilidade do resgate total, a qualquer tempo, dos saldos existentes em contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. Contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. Contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. Contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. **2.3.4. Instrumentos Financeiros:** **i. Ativos e passivos financeiros:** São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais classificados e mensurados nas categorias: **Custo Amortizado (CA):** geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é de receber ou pagar os respectivos fluxos de caixa contratuais, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas; **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno pelo recebimento ou dos

fluxos de caixa contratuais ou venda do ativo com transferência substancial de riscos e benefícios, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas. Os ganhos ou perdas classificadas nessa categoria são registrados no patrimônio líquido, subgrupo de outros resultados abrangentes (ajustes de avaliação patrimonial); e **Valor Justo no Resultado (VJR):** geridos dentro de modelo de negócios não enquadrados nas categorias anteriores, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído não apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas. A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – "Teste SPPI"). Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; • como os gestores do negócio são remunerados; e • como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPI a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao "Valor Justo por meio do Resultado". A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: **a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São representadas por operações realizadas entre instituições financeiras com objetivo de administrar a liquidez do sistema financeiro e atender às necessidades imediatas de caixa. São exemplos mais comuns as aplicações em operações comprometidas e aplicações em depósitos interfinanceiros. **b) Títulos e Valores Mobiliários:** São representados por títulos negociáveis no mercado financeiro, emitidos por entidades públicas ou privadas. São exemplos as aplicações em títulos de renda fixa, renda variável e cotas de fundo de investimentos. **c) Operações de crédito:** São direitos contratuais realizados entre duas partes (credor e devedor) que celebram transações na qual o credor coloca à disposição do devedor (com ou sem destinação específica, a depender da modalidade da operação) recursos financeiros que serão devolvidos em um prazo determinado acrescido de juros e taxas. As principais modalidades de operações de crédito são: **Empréstimos:** são as operações vinculadas ao cartão de crédito rotativo (inadimplência), empréstimo pessoal e capital de giro; **Valores a receber:** relativos a transações de pagamento na modalidade de compra à vista e parcelado sem juros atrelados ao cartão de crédito, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato. Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022. A Companhia apresenta saldos de direitos contratuais, mensurados ao custo amortizado, apurados com base na metodologia da taxa efetiva de juros (TEJ) de cada contrato. **d) Cessos de crédito:** A Companhia realiza cessos de crédito de acordo Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio 2001, art. 6º. As cessões de operações de crédito são realizadas sem contrapartida pela Companhia com liquidação à vista por parte do cessionário. Em atendimento ao § 3º da referida norma, o valor contábil cedido e efeito no resultado estão divulgados nas notas explicativas nº 4.3.g) e 9.1.c) respectivamente. As cessões de operações de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que determina que os ativos financeiros sejam baixados se a venda da carteira for sem retenção dos riscos e benefícios. A cessão pela bancarização de operações de crédito é classificada como Valor Justo no Resultado (VJR). **ii. Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo nível de valor justo.** Com base na Resolução CMN nº 4.924/21 e CPC 46 – Mensuração do valor justo (aprovado e homologado pelo BACEN) o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativamente para a mensuração do valor justo em sua

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.																																																																																									
<b>9. Resultado Recorrente – 9.1. Receitas (Despesas) de Intermediação Financeira:</b>																																																																																									
<b>a) Operações de crédito</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Empréstimos	356.143	600.514																																																																																							
Financiamentos	66.662	137.707																																																																																							
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.982	29.200																																																																																							
Descontos concedidos em renegociações	(18.008)	(44.195)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>420.779</b>	<b>723.226</b>																																																																																							
<b>b) Operações com títulos e valores mobiliários</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	31.540	51.324																																																																																							
Títulos e valores mobiliários	13.922	14.492																																																																																							
<b>Total</b>	<b>45.462</b>	<b>65.816</b>																																																																																							
<b>c) Operações com cessão de ativos financeiros</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Bancarização de operações de crédito	1.595	3.302																																																																																							
Cessão de operações de crédito	19.171	40.021																																																																																							
<b>Total</b>	<b>20.766</b>	<b>43.323</b>																																																																																							
<b>d) Composição da despesa de captação</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Depósitos a prazo	(132.501)	(235.453)																																																																																							
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	(978)	(1.818)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>(133.479)</b>	<b>(237.271)</b>																																																																																							
<b>9.2. Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>																																																																																									
<b>a) Receita de prestação de serviços</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Anuidade – Cartão de crédito	114.648	218.379																																																																																							
Tarifa de intercâmbio – Cartão de Crédito	48.160	98.122																																																																																							
Serviço de análise de crédito	23.032	33.032																																																																																							
Avaliação emergencial de crédito – Cartão de Crédito	13.779	29.688																																																																																							
Serviços de cobrança	15.910	17.849																																																																																							
Comissão seguros	6.333	10.305																																																																																							
Tarifa de abertura de crédito – TAC	5.912	9.194																																																																																							
Fornecimento de 2ª Via – Cartão de Crédito	32	74																																																																																							
Comissão recarga celular	19	32																																																																																							
Tarifa de saque – Cartão de Crédito	6	17																																																																																							
Outras tarifas	14.682	17.216																																																																																							
<b>Total</b>	<b>242.513</b>	<b>433.908</b>																																																																																							
<b>b) Despesas de pessoal</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Proventos e ordenados	(265)	(584)																																																																																							
Encargos sociais sobre a folha	(76)	(161)																																																																																							
Benefícios a empregados	(45)	(79)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>(386)</b>	<b>(824)</b>																																																																																							
<b>c) Despesas administrativas</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Despesas de serviços de terceiros	(37.620)	(91.759)																																																																																							
Despesas de processamento de dados	(7.841)	(53.129)																																																																																							
Ratão de despesas com serviços compartilhados (1)	-	(8.493)																																																																																							
Despesas com tarifas bancárias	(3.458)	(6.830)																																																																																							
Despesas de serviços técnicos especializados (2)	(3.486)	(5.427)																																																																																							
Despesas de comunicações	(180)	(1.099)																																																																																							
Amortizações	(5)	(9)																																																																																							
Outras despesas administrativas	(907)	(5.581)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>(53.497)</b>	<b>(172.327)</b>																																																																																							
<b>(1) Refere-se ao ratão do centro de serviço compartilhado do Grupo DM. (2) De acordo com a Resolução CMN nº 4.910, art. 3º, inciso V, na composição das despesas com serviços técnicos especializados, R\$ 956 corresponde ao pagamento de honorários sobre prestação de serviços de auditoria, sendo: KPMG Auditores Independentes R\$ 810.</b>																																																																																									
<b>d) Despesas tributárias</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Despesa de contribuição à COFINS	(22.080)	(36.332)																																																																																							
Despesa de ISS	(9.799)	(15.121)																																																																																							
Despesa de contribuição ao PIS	(3.588)	(5.904)																																																																																							
Outras despesas tributárias	(377)	(806)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>(35.844)</b>	<b>(58.163)</b>																																																																																							
<b>e) Provisões</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Despesa de provisão para contingência	(256)	(740)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>(256)</b>	<b>(740)</b>																																																																																							
<b>f) Outras receitas operacionais</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Recuperação de encargos e despesas	11.359	19.622																																																																																							
Juros de operações com sociedades ligadas	3.070	8.407																																																																																							
Outras	4.211	4.462																																																																																							
<b>Total</b>	<b>18.640</b>	<b>32.491</b>																																																																																							
<b>g) Outras despesas operacionais</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Processamento de transações de pagamento	(40.505)	(89.520)																																																																																							
Amortização de ativo em compra de carteira	(20.523)	(23.864)																																																																																							
Consulta a órgãos de proteção ao crédito	(436)	(1.222)																																																																																							
Perdas em ações civis e trabalhistas	(1.034)	(1.659)																																																																																							
Outras Despesas	107	(1.630)																																																																																							
<b>Total</b>	<b>(62.391)</b>	<b>(117.895)</b>																																																																																							
<b>10. Resultado Não Recorrente – 10.1. Resultado Não Operacional</b>																																																																																									
	2º Semestre 2025	2025																																																																																							
Outras rendas não operacionais	3.658	3.658																																																																																							
<b>Total</b>	<b>3.658</b>	<b>3.658</b>																																																																																							
Refere-se substancialmente a reembolso de valores realizado pela Credz.																																																																																									
<b>11. Imposto de Renda e Contribuição Social – 11.1. Ajustamento do imposto de renda e da contribuição social:</b> A Companhia utiliza o regime de tributação pelo lucro real e procede ao pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social na existência de lucro. O cálculo dos impostos está assim representado:																																																																																									
	Aliquotas vigentes	31/12/2025																																																																																							
Resultado contábil antes da tributação sobre o lucro	(86.756)																																																																																								
Adições/Exclusões		129.016																																																																																							
<b>(=) Lucro Real (prejuízo contábil) antes das compensações</b>		<b>42.260</b>																																																																																							
(-) Base compensada – Ativo fiscal diferido		(12.678)																																																																																							
<b>(=) Lucro real (prejuízo fiscal) apurado</b>		<b>29.582</b>																																																																																							
a. IR apurado no período	25%	(7.372)																																																																																							
b. IR apurado no período	15%	(4.437)																																																																																							
<b>(=) IR/CS Corrente apurado no resultado (a+b)</b>		<b>(11.809)</b>																																																																																							
c. IR diferido	25%	28.713																																																																																							
d. CS diferido	15%	17.230																																																																																							
<b>Constituição/(Realização) do ativo fiscal diferido no resultado (c+d)</b>		<b>45.943</b>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota Explicativa</th> <th>31/12/2025</th> <th>Nível de valor Justo</th> <th>Categoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operações de Crédito</td> <td>4.3.a)</td> <td>1.681.989</td> <td>3</td> <td>CA</td> </tr> <tr> <td>Valores a Receber relativos a transações de pagamento</td> <td>4.3.a)</td> <td>1.107.664</td> <td>3</td> <td>CA</td> </tr> <tr> <td>Letras Financeiras do Tesouro – LFT</td> <td>4.2</td> <td>121.543</td> <td>2</td> <td>VJORA</td> </tr> <tr> <td>Valores a Receber de Partes Relacionadas</td> <td>5</td> <td>5.654</td> <td>3</td> <td>CA</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>2.916.850</b></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria	Operações de Crédito	4.3.a)	1.681.989	3	CA	Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3.a)	1.107.664	3	CA	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543	2	VJORA	Valores a Receber de Partes Relacionadas	5	5.654	3	CA	<b>Total</b>		<b>2.916.850</b>																																																				
	Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria																																																																																					
Operações de Crédito	4.3.a)	1.681.989	3	CA																																																																																					
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3.a)	1.107.664	3	CA																																																																																					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543	2	VJORA																																																																																					
Valores a Receber de Partes Relacionadas	5	5.654	3	CA																																																																																					
<b>Total</b>		<b>2.916.850</b>																																																																																							
<b>c) Gestão de risco de liquidez:</b> É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, os quais podem afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a habilidade da Companhia de honrar seus compromissos, fornecendo informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam adotadas, com base nas Políticas que regem o tema. O impacto em caixa dos ativos e passivos financeiros, de acordo com seus vencimentos contratuais, é demonstrado a seguir:																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota Explicativa</th> <th>31/12/2025</th> <th>Nível de valor Justo</th> <th>Categoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos Financeiros:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Disponibilidades</td> <td>3</td> <td>126.406</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Compromissada com lastro em LTN</td> <td>4.1</td> <td>375.529</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Letras Financeiras do Tesouro – LFT</td> <td>4.2</td> <td>121.543</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cotas de fundos de investimento</td> <td>4.2</td> <td>62.878</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Operações de crédito</td> <td>4.3</td> <td>2.789.653</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>3.507.207</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivos Financeiros:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depósitos a prazo</td> <td>4.4</td> <td>1.634.421</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros depósitos</td> <td>4.5</td> <td>17.477</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obrigações por transações de pagamento</td> <td>4.6</td> <td>1.095.161</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obrigações fiscais e previdenciárias</td> <td>6.a)</td> <td>59.423</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisões</td> <td>6.b)</td> <td>1.619</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras obrigações</td> <td>6.c)</td> <td>41.301</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>2.849.402</b></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria	Ativos Financeiros:					Disponibilidades	3	126.406			Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Compromissada com lastro em LTN	4.1	375.529			Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543			Cotas de fundos de investimento	4.2	62.878			Operações de crédito	4.3	2.789.653			<b>Total</b>		<b>3.507.207</b>			Passivos Financeiros:					Depósitos a prazo	4.4	1.634.421			Outros depósitos	4.5	17.477			Obrigações por transações de pagamento	4.6	1.095.161			Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	59.423			Provisões	6.b)	1.619			Outras obrigações	6.c)	41.301			<b>Total</b>		<b>2.849.402</b>		
	Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria																																																																																					
Ativos Financeiros:																																																																																									
Disponibilidades	3	126.406																																																																																							
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Compromissada com lastro em LTN	4.1	375.529																																																																																							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543																																																																																							
Cotas de fundos de investimento	4.2	62.878																																																																																							
Operações de crédito	4.3	2.789.653																																																																																							
<b>Total</b>		<b>3.507.207</b>																																																																																							
Passivos Financeiros:																																																																																									
Depósitos a prazo	4.4	1.634.421																																																																																							
Outros depósitos	4.5	17.477																																																																																							
Obrigações por transações de pagamento	4.6	1.095.161																																																																																							
Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	59.423																																																																																							
Provisões	6.b)	1.619																																																																																							
Outras obrigações	6.c)	41.301																																																																																							
<b>Total</b>		<b>2.849.402</b>																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota Explicativa</th> <th>31/12/2025</th> <th>Nível de valor Justo</th> <th>Categoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades</td> <td>3</td> <td>126.406</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</td> <td>4.1</td> <td>375.529</td> <td>2</td> <td>VJR</td> </tr> <tr> <td>Compromissada com lastro em LTN</td> <td>4.1</td> <td>31.198</td> <td>2</td> <td>VJR</td> </tr> <tr> <td>Letras Financeiras do Tesouro – LFT</td> <td>4.2</td> <td>121.543</td> <td>2</td> <td>VJORA</td> </tr> <tr> <td>Cotas de fundos de investimento</td> <td>4.2</td> <td>62.878</td> <td>2</td> <td>VJR</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>717.554</b></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria	Disponibilidades	3	126.406			Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	375.529	2	VJR	Compromissada com lastro em LTN	4.1	31.198	2	VJR	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543	2	VJORA	Cotas de fundos de investimento	4.2	62.878	2	VJR	<b>Total</b>		<b>717.554</b>																																															
	Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria																																																																																					
Disponibilidades	3	126.406																																																																																							
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	375.529	2	VJR																																																																																					
Compromissada com lastro em LTN	4.1	31.198	2	VJR																																																																																					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543	2	VJORA																																																																																					
Cotas de fundos de investimento	4.2	62.878	2	VJR																																																																																					
<b>Total</b>		<b>717.554</b>																																																																																							
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresentava risco de liquidez. <b>d) Risco de mercado:</b> É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado dos instrumentos detidos pela Companhia, provenientes de variações ou flutuações nas taxas de juros, índices e câmbio. A Companhia monitora continuamente os riscos de mercado aos quais está exposta, com o objetivo de mitigar eventuais riscos. A estrutura da Companhia prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições a esses riscos, agindo tempestivamente para a mitigação de riscos iminentes. A Companhia possui diretores sujeitos a risco de mercado junto a instituições financeiras, conforme demonstrado abaixo:																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota Explicativa</th> <th>31/12/2025</th> <th>Nível de valor Justo</th> <th>Categoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disponibilidades</td> <td>3</td> <td>126.406</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</td> <td>4.1</td> <td>375.529</td> <td>2</td> <td>VJR</td> </tr> <tr> <td>Compromissada com lastro em LTN</td> <td>4.1</td> <td>31.198</td> <td>2</td> <td>VJR</td> </tr> <tr> <td>Letras Financeiras do Tesouro – LFT</td> <td>4.2</td> <td>121.543</td> <td>2</td> <td>VJORA</td> </tr> <tr> <td>Cotas de fundos de investimento</td> <td>4.2</td> <td>62.878</td> <td>2</td> <td>VJR</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>717.554</b></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria	Disponibilidades	3	126.406			Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	375.529	2	VJR	Compromissada com lastro em LTN	4.1	31.198	2	VJR	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543	2	VJORA	Cotas de fundos de investimento	4.2	62.878	2	VJR	<b>Total</b>		<b>717.554</b>																																															
	Nota Explicativa	31/12/2025	Nível de valor Justo	Categoria																																																																																					
Disponibilidades	3	126.406																																																																																							
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	375.529	2	VJR																																																																																					
Compromissada com lastro em LTN	4.1	31.198	2	VJR																																																																																					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	121.543	2	VJORA																																																																																					
Cotas de fundos de investimento	4.2	62.878	2	VJR																																																																																					
<b>Total</b>		<b>717.554</b>																																																																																							
<b>Análise de sensibilidade:</b> Os rendimentos das aplicações financeiras são principalmente afetados pelas variações na taxa DI. Considerando um aumento ou uma redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, ocorreriam variações no resultado, conforme detalhado a seguir:																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>10%</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>6.582</td> <td>16.454</td> <td>32.908</td> </tr> </tbody> </table>											10%	25%	50%		6.582	16.454	32.908																																																																								
	10%	25%	50%																																																																																						
	6.582	16.454	32.908																																																																																						
<b>e) Risco de capital:</b> A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de capital destinada a monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de recursos para enfrentar os riscos aos quais está exposta e estabelecer metas de capital alinhadas aos seus objetivos estratégicos. A Companhia é a instituição líder do conglomerado prudencial, classificada como Tipo 1 e enquadrada no Segmento S4 desde dezembro de 2024. Utiliza a metodologia completa para a apuração do Patrimônio de Referência (PR). Conforme a Resolução CMN nº 4.958/2021, o índice mínimo de Basileia aplicável ao PR é de 8%, acrescido do adicional de conservação de capital de 2,5%, totalizando 10,5%. O demonstrativo de apuração do Índice de Basileia (IB) simplificado está apresentado em bases consolidadas, conforme detalhado abaixo:																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>a. Patrimônio de Referência (PR) = (I+II)</b></td> <td><b>515.784</b></td> </tr> <tr> <td><b>I. Capital nível I</b></td> <td><b>515.784</b></td> </tr> <tr> <td>Capital Principal – CP</td> <td>515.784</td> </tr> <tr> <td>Capital Complementar – CC</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>II. Capital nível II</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> <tr> <td><b>b. Exposição ao Riscos</b></td> <td><b>3.301.598</b></td> </tr> <tr> <td>Risco de Crédito (RWA<sub>CPAD</sub>)</td> <td>2.643.803</td> </tr> <tr> <td>Risco de Mercado (RWA<sub>MPAD</sub>)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Risco Operacional (RWA<sub>OPAD</sub>)</td> <td>657.458</td> </tr> <tr> <td>Risco Serviço de Pagamento (RWA<sub>SP</sub>)</td> <td>337</td> </tr> <tr> <td><b>c. Patrimônio de Referência (PR) exigido</b></td> <td><b>264.128</b></td> </tr> <tr> <td><b>d. Basileia (a - c)</b></td> <td><b>251.656</b></td> </tr> <tr> <td><b>e. IRRBB (RBAAN)</b></td> <td><b>19.449</b></td> </tr> <tr> <td><b>f. Adicional de Conservação de Capital Principal</b></td> <td><b>82.540</b></td> </tr> <tr> <td><b>g. Margem do PR considerando RBAAN (d - e)</b></td> <td><b>231.807</b></td> </tr> <tr> <td><b>h. Margem do PR considerando adicional de capital (d - f)</b></td> <td><b>169.116</b></td> </tr> <tr> <td><b>i. Índice de Basileia (a/b)</b></td> <td><b>15,62%</b></td> </tr> </tbody> </table>											31/12/2025	<b>a. Patrimônio de Referência (PR) = (I+II)</b>	<b>515.784</b>	<b>I. Capital nível I</b>	<b>515.784</b>	Capital Principal – CP	515.784	Capital Complementar – CC	-	<b>II. Capital nível II</b>	<b>-</b>	<b>b. Exposição ao Riscos</b>	<b>3.301.598</b>	Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	2.643.803	Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	-	Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	657.458	Risco Serviço de Pagamento (RWA <sub>SP</sub> )	337	<b>c. Patrimônio de Referência (PR) exigido</b>	<b>264.128</b>	<b>d. Basileia (a - c)</b>	<b>251.656</b>	<b>e. IRRBB (RBAAN)</b>	<b>19.449</b>	<b>f. Adicional de Conservação de Capital Principal</b>	<b>82.540</b>	<b>g. Margem do PR considerando RBAAN (d - e)</b>	<b>231.807</b>	<b>h. Margem do PR considerando adicional de capital (d - f)</b>	<b>169.116</b>	<b>i. Índice de Basileia (a/b)</b>	<b>15,62%</b>																																												
	31/12/2025																																																																																								
<b>a. Patrimônio de Referência (PR) = (I+II)</b>	<b>515.784</b>																																																																																								
<b>I. Capital nível I</b>	<b>515.784</b>																																																																																								
Capital Principal – CP	515.784																																																																																								
Capital Complementar – CC	-																																																																																								
<b>II. Capital nível II</b>	<b>-</b>																																																																																								
<b>b. Exposição ao Riscos</b>	<b>3.301.598</b>																																																																																								
Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	2.643.803																																																																																								
Risco de Mercado (RWA <sub>MPAD</sub> )	-																																																																																								
Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	657.458																																																																																								
Risco Serviço de Pagamento (RWA <sub>SP</sub> )	337																																																																																								
<b>c. Patrimônio de Referência (PR) exigido</b>	<b>264.128</b>																																																																																								
<b>d. Basileia (a - c)</b>	<b>251.656</b>																																																																																								
<b>e. IRRBB (RBAAN)</b>	<b>19.449</b>																																																																																								
<b>f. Adicional de Conservação de Capital Principal</b>	<b>82.540</b>																																																																																								
<b>g. Margem do PR considerando RBAAN (d - e)</b>	<b>231.807</b>																																																																																								
<b>h. Margem do PR considerando adicional de capital (d - f)</b>	<b>169.116</b>																																																																																								
<b>i. Índice de Basileia (a/b)</b>	<b>15,62%</b>																																																																																								
O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. <b>f) Risco operacional:</b> É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de risco operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas; segurança inadequada no local de trabalho; práticas inadequadas relacionadas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que possam causar a interrupção das atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Companhia, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento, conforme a Resolução CMN nº 4.557/17. <b>g) Risco cibernético:</b> É avaliada a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Operação</th> <th>Partes relacionadas</th> <th>Ativos (passivos)</th> <th>Receitas (Despesas)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>Bancarização</td> <td>DM Instituição de Pagamento S.A.</td> <td>310.172</td> <td>310</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Bancarização</td> <td>DM PL Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A.</td> <td>2.489.848</td> <td>2.490</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Bancarização</td> <td>DM Instituição de Pagamento S.A.</td> <td>999.111</td> <td>502</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a receber</td> <td>DM PL</td> <td>123</td> <td>1.902</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a receber</td> <td>DM Meios de pagamento Ltda.</td> <td>3.886</td> <td>6.505</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a receber</td> <td>DM Core Holding S.A.</td> <td>1.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a receber</td> <td>DMCARD Proc. Dados e Central de Atend. Ltda</td> <td>645</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a pagar</td> <td>DM Instituição de Pagamento S.A.</td> <td>(4.547)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a pagar</td> <td>DM Meios de pagamento Ltda</td> <td>(5.227)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Contas a pagar</td> <td>DM PL Centro de Serviço Compartilhado DM SCFI</td> <td>(1.582)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>Total</b></td> <td></td> <td><b>3.790.854</b></td> <td><b>(472)</b></td> </tr> </tbody> </table>											Operação	Partes relacionadas	Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)		Bancarização	DM Instituição de Pagamento S.A.	310.172	310		Bancarização	DM PL Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A.	2.489.848	2.490		Bancarização	DM Instituição de Pagamento S.A.	999.111	502		Contas a receber	DM PL	123	1.902		Contas a receber	DM Meios de pagamento Ltda.	3.886	6.505		Contas a receber	DM Core Holding S.A.	1.000	-		Contas a receber	DMCARD Proc. Dados e Central de Atend. Ltda	645	-		Contas a pagar	DM Instituição de Pagamento S.A.	(4.547)	-		Contas a pagar	DM Meios de pagamento Ltda	(5.227)	-		Contas a pagar	DM PL Centro de Serviço Compartilhado DM SCFI	(1.582)	-		<b>Total</b>		<b>3.790.854</b>	<b>(472)</b>																				
	Operação	Partes relacionadas	Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)																																																																																					
	Bancarização	DM Instituição de Pagamento S.A.	310.172	310																																																																																					
	Bancarização	DM PL Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A.	2.489.848	2.490																																																																																					
	Bancarização	DM Instituição de Pagamento S.A.	999.111	502																																																																																					
	Contas a receber	DM PL	123	1.902																																																																																					
	Contas a receber	DM Meios de pagamento Ltda.	3.886	6.505																																																																																					
	Contas a receber	DM Core Holding S.A.	1.000	-																																																																																					
	Contas a receber	DMCARD Proc. Dados e Central de Atend. Ltda	645	-																																																																																					
	Contas a pagar	DM Instituição de Pagamento S.A.	(4.547)	-																																																																																					
	Contas a pagar	DM Meios de pagamento Ltda	(5.227)	-																																																																																					
	Contas a pagar	DM PL Centro de Serviço Compartilhado DM SCFI	(1.582)	-																																																																																					
	<b>Total</b>		<b>3.790.854</b>	<b>(472)</b>																																																																																					
Referente a operação de Bancarização, verificar a nota explicativa 4.3, g). <b>a) Remuneração da diretoria:</b> No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o pró-labore pago à administração foi de R\$ 257. <b>14. Eventos Subsequentes –</b> A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024 já aprovado aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033. A Companhia vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026. • A Companhia adquiriu carteiras de crédito da empresa DM PL S.A. em fevereiro de 2026 e março de 2026, pelos valores líquidos de R\$ 131.489 milhões e R\$ 53.923 milhões, respectivamente.																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Tharik Camocardi de Moura – Diretor e Relação com Investidores</th> <th>Denis César Correia – Diretor Presidente</th> <th>Bruno Pascele Piva – Controller CRC 1SP 267.093/0-2</th> <th>Carolina Camacho de Paula – Contadora CRC 1SP 317.067/0-7</th> </tr> </thead> </table>											Tharik Camocardi de Moura – Diretor e Relação com Investidores	Denis César Correia – Diretor Presidente	Bruno Pascele Piva – Controller CRC 1SP 267.093/0-2	Carolina Camacho de Paula – Contadora CRC 1SP 317.067/0-7																																																																											
	Tharik Camocardi de Moura – Diretor e Relação com Investidores	Denis César Correia – Diretor Presidente	Bruno Pascele Piva – Controller CRC 1SP 267.093/0-2	Carolina Camacho de Paula – Contadora CRC 1SP 317.067/0-7																																																																																					
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>																																																																																									
Ao Acionista e Administradores da <b>DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.</b> São José dos Campos-SP																																																																																									
<b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Enfase – Informações comparativas:</b> Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que																																																																																									
descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude																																																																																									
ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver																																																																																									
o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de abril de 2026																																																																																									
<table border="1"> <tbody> <tr> <td><b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b></td> <td>CRC 25P-144.28/0-6 SP</td> </tr> <tr> <td><b>Jonas Moreira Salles</b></td> <td>Contador CRC 1SP 295.315/0-4</td> </tr> </tbody> </table>										<b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b>	CRC 25P-144.28/0-6 SP	<b>Jonas Moreira Salles</b>	Contador CRC 1SP 295.315/0-4																																																																												
<b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b>	CRC 25P-144.28/0-6 SP																																																																																								
<b>Jonas Moreira Salles</b>	Contador CRC 1SP 295.315/0-4																																																																																								

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

